



Entrevista de Rafael Chambouleyron, professor da Universidade Federal do Pará, sobre o tema “escravidão”, concedida a Revista Outros Tempos.

Outros Tempos - *Especifique um pouco sobre o desenvolvimento de seus trabalhos e trajetórias enquanto historiador.*

Rafael Chambouleyron – Desde que comecei a trabalhar na Universidade Federal do Pará, tenho me dedicado a discutir a história do Estado do Maranhão e Pará, de início, sobre o século XVII, mas agora também sobre a primeira metade do século XVIII. Antes disso, trabalhei sobre o apostolado jesuítico no Brasil quinhentista (como bolsista de graduação, na Unicamp, e no mestrado, na USP). Justamente o tema dos jesuítas foi o que comecei a desenvolver como pesquisa junto ao Departamento de História da UFPA, em 1996. Assim, mantive a temática da graduação e do mestrado, mas desta vez, voltada para as missões do norte da América portuguesa. Essa também foi a temática do doutorado, que iniciei, em 2001, na Universidade de Cambridge (Inglaterra). Interessava-me naquela altura em compreender o governo jesuítico da missão do Maranhão. Entretanto, a pesquisa, notadamente com o acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, me levou a pensar uma problemática mais ampla, que acabei incorporando ao meu doutorado. Os jesuítas então ficaram “de lado”, e me concentrei nas políticas da Coroa para o Estado do Maranhão, em relação à ocupação do território, à questão da força de trabalho (tanto africana como indígena) e ao desenvolvimento das atividades econômicas. Esse foi o tema da tese de doutorado (que abrange o período de 1640 a 1706) e tem sido a perspectiva de trabalho que tenho desenvolvido desde que voltei do doutoramento. O que me interessa agora é compreender as dinâmicas próprias (embora conectadas) que ajudam a compreender as especificidades da experiência histórica do Estado do Maranhão e Pará dos séculos XVII até meados do XVIII.

OT - *Como poderia situar a escravidão indígena dentro do panorama atual da produção historiográfica brasileira, como objeto, importância – sobretudo para o eixo norte-nordeste?*

RC – Não há dúvida que a escravidão indígena tem sido um tema secundário em relação à escravidão africana, no contexto geral da historiografia brasileira. De qualquer modo, parece-me que a temática indígena tem recebido cada vez mais atenção. O desenvolvimento dos programas de pós-graduação no norte e também no nordeste tem dado um novo impulso a essas questões. O que me parece, entretanto, é que, em grande medida, ainda concebemos essas duas experiências como dicotômicas. Nesse sentido, o universo criado no Estado do Maranhão e Grão-Pará (mas também o de outras capitanias da costa leste-oeste) pode ser elucidativo, na medida em que os mundos do trabalho africano e indígena se entrecruzaram de uma forma singular. A experiência desse vasto território, apesar de suas heterogeneidades, deu margem a uma sociedade que se organizava a partir de múltiplas relações, como as que se

construíram entre trabalho livre (indígena) e escravo, entre litoral e sertão como realidades geográficas complementares, entre outras. Não me parece que podemos continuar a pensar como temas separados – pelo menos para boa parte das conquistas portuguesas da América – o indígena e o africano. O problema do trabalho era um só e central para entender o tipo de sociedade que se construiu no Estado do Maranhão e Pará com a conquista. Parece-me que essa perspectiva mais ampla, que incorpore trabalho africano e indígena, tanto livre como escravo, é central para reescrever a história desta imensa região, e também, conseqüentemente, a do Brasil.

OT - *Ainda sobre a escravidão indígena, qual a importância de personagens como o preto José Lopes, trabalhado em um de seus artigos publicado na revista Boletín Americanista com o título de “O ‘senhor absoluto dos sertões’. O ‘capitão preto’ José Lopes, a Amazônia e o Cabo Verde”?*

RC – Infelizmente, sobre gente como José Lopes temos poucas informações. É um tipo de indivíduo que transita em muitos ambientes e estabelece intermediações entre eles. Houve inúmeras pessoas como ele, e de diferentes origens: portugueses, indígenas africanos, mestiços. São esses sujeitos que justamente permitem entender algumas das relações entre os distintos mundos que construíram o Estado do Maranhão e Pará. O sertão e as cidades, especialmente o ambiente do trabalho, eram certamente lugares de fecunda interação, como a que conseguiu estabelecer o cabo-verdiano. O acervo da Inquisição, tanto os processos como as denúncias contidas nos chamados Cadernos do Promotor, pode nos ajudar a desvendar um pouco dessas histórias cruzadas. Felizmente, a Direcção Geral de Arquivos, em Portugal, está digitalizando todo o acervo da Inquisição de Lisboa; graças a um acordo institucional, o Centro de Memória da Amazônia, da UFPA, ajudará a organizar toda a parte relativa ao Estado do Maranhão e Pará, até o século XIX. Uma vez disponível, esse material ajudará a fazer emergir figuras intrigantes como José Lopes.

OT - *Qual a importância e a peculiaridade daquilo chamado por você de Atlântico Equatorial em seu artigo intitulado “Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII)” publicado pela Revista Brasileira de História?*

RC - O Atlântico Equatorial surgiu como uma idéia para caracterizar uma relação atlântica que dava sentido ao Estado do Maranhão e Pará, pelo menos para o século XVII e boa parte do século XVIII. Inicialmente tinha pensado em Atlântico Norte, mas por sugestão do prof. Aldrin Moura de Figueiredo, acabei adotando a denominação “equatorial”. Isto posto, o que me parece central é insistir que as diversas conquistas de Portugal na América tinham espaços distintos em que se formavam e se organizavam. O Atlântico Sul, tão bem estudado pela historiografia, não fazia parte da lógica de construção e reprodução do Estado do Maranhão e Pará, pelo menos até meados do século XVIII (a baliza temporal é aqui muito importante). A relação direta de São Luís e Belém com Lisboa, com os diversos arquipélagos atlânticos (Açores, Madeira e Cabo Verde) e com a região da Senegâmbia, torna clara a importância de não reduzir a experiência dessas realidades aos horizontes explicativos construídos para outras partes do que hoje é o Brasil. Das ilhas vieram povoadores, soldados e escravos, cuja chegada, notadamente em fins do século XVII, teve um impacto demográfico muito significativo na região. Essa especificidade, assim, tem que ser mais bem compreendida, inclusive a partir de suas transformações ao longo do tempo.

OT - *Sobre o abastecimento de escravos para o norte e nordeste do país como você avalia a presença das companhias de comércio neste processo?*

RC - Não há dúvida que as Companhias de Comércio, principalmente as do período pombalino, tiveram um papel significativo para entender o tráfico de escravos para a costa leste-oeste. Isso é mais do que claro no caso do então Estado do Grão-Pará e Maranhão, pelo volume de escravos transportados, e pela própria documentação por produzida pela Companhia. Não sem razão, a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão foi objeto de dois estudos hoje clássicos, de Manuel Nunes Dias e António Carreira. O que me parece importante hoje, além é claro de se revisitar e reescrever o tema das companhias de comércio pombalinas (incluindo também a de Pernambuco) é aprofundar o estudo dos períodos anteriores e posteriores a elas. No caso do Maranhão e Pará, excetuando-se trabalhos recentes, defendidos em programas de pós-graduação do norte e nordeste, ainda há muito que se fazer no sentido de aprofundar não só uma história do tráfico, mas também suas implicações sobre o universo colonial que se construiu nesta região.